

Maria Cândida Gomes de Souza

O Espaço Público Judicial

A participação do Judiciário na esfera democrática pela via da ação comunicativa

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional

Rio de Janeiro
Maio de 2005



Maria Cândida Gomes de Souza

**O Espaço Público Judicial
A participação do Judiciário na esfera
democrática pela via da ação comunicativa**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Gisele Cittadino

Rio de Janeiro
Maio de 2005



Maria Cândida Gomes de Souza

**O Espaço Público Judicial
A participação do Judiciário na esfera democrática
pela via da ação comunicativa**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Gisele Cittadino

Orientadora
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca

Departamento de Direito – UFRJ

Prof. João Pontes Nogueira

Vice-Decano de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2005

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Maria Cândida Gomes de Souza

Graduou-se em Direito na UFF (Universidade Federal Fluminense) em 1984. É membro da magistratura no Estado do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Souza, Maria Cândida Gomes de

O espaço público judicial : a participação do judiciário na esfera democrática pela via da ação comunicativa / Maria Cândida Gomes de Souza ; orientadora: Gisele Cittadino. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Direito, 2005.

230 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Judiciário. 3. Espaço público. 4. Ação comunicativa. 5. Legitimidade. 6. Representatividade. 7. Democracia. 8. Participação política. 9. Argumentação. 10. Microssistemas. I. Cittadino, Gisele. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

A Joaquim, luz diáfana e perene a iluminar
todos os dias de minha vida;

A Rosane, doce guerreira, mistura singular de
força e humanidade a me conduzir,

Pais amados, que presentearam minha
existência.

Agradecimentos

A Bruno, razão e sentimento, estímulo e motivação a cada momento do meu trabalho;

A Bernardo, suave compreensão e complacência pelas horas roubadas;

Frutos da minha vida, dos quais desejo a sempre recompensa de suas queridas companhias.

A Gisele Cittadino, mestra e orientadora, que abriu horizontes com proximidade, colaboração e incentivo, e me fez crer ser possível ir além de minhas possibilidades.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na pessoa de Maria Celina Bodin e Antonio Carlos de Souza Cavalcanti Maia, pelas horas prazerosas de ensinamentos e por terem descortinado um universo de reflexões sobre a humanidade do meu labor.

A Marcos e Carmem, pela prestimosa ajuda cotidiana, pelo carinho e atenção com que se dedicaram a todas as minhas solicitações.

Ao Desembargador Jessé Torres que tão gentil e prontamente me ajudou com o material necessário aos dados estatísticos.

A Antonio Francisco Ligiero que soube compreender a urgência de minha solicitação, empreendendo esforços para me fornecer todas as informações necessárias.

A Maria Beatriz Pontes de Carvalho, Diretora da biblioteca da EMERJ, pelo carinho com que atendeu aos meus apelos de última hora.

A Maria da Glória de Araújo Harrison, pela inestimável ajuda na localização de material de pesquisa.

A Annette Parsons, amiga e colaboradora na tradução do *abstract*, que me prestigiou com seus conhecimentos.

A Claudia Pereira Pitombo, amiga e companheira de vida, o meu carinho pelo apoio na revisão do inglês.

A meu filho Bruno Souza Moreira Leite, mais uma vez, pelo carinho com que ajudou na revisão de todos os detalhes do texto e na elaboração dos gráficos estatísticos.

Resumo

Souza, Maria Cândida Gomes de; Cittadino, Gisele. **O Espaço Público Judicial: a participação do Judiciário na esfera democrática pela via da ação comunicativa**. Rio de Janeiro, 2005. 230 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A análise do lastro e dimensão do Judiciário enquanto instância democrática, e de como a abertura de seu acesso e a revisão de seu papel podem contribuir para o exercício da democracia, foram os pontos nodais do trabalho desenvolvido, que alicerça sua base teórica na teoria da ação comunicativa de Habermas, buscando-se demonstrar, num primeiro ensaio de experimentação de suas categorias à práxis que resulta da “inter ação” dos Juizados Especiais com o Código de Defesa do Consumidor (Lei 9099/95 e Lei 8078/90), como estes podem atuar enquanto instrumentos de democratização do espaço público judicial. No desenvolvimento do tema, situamos o processo como modo de reprodução das enormes diferenças e conflitos encontrados no meio social, e como condutor de necessidades e expectativas sociais, vendo nele, ainda, uma peculiar forma de participação política da sociedade através do Judiciário, palco argumentativo para obtenção de entendimentos, capaz de traduzir um resultado com natureza deliberativa e não decisória. Buscou-se também demonstrar como pode ser atuado, de modo a permitir, no âmbito daquele espaço institucionalizado, uma maior efetivação dos direitos fundamentais, de como se processa a equalização de sintonias que permitam a redução das desigualdades ínsitas à realidade social, operando a transformação da igualdade jurídica para a material, a nível procedimental, e de como, reflexamente, pode esta alcançar efeitos pan-processuais concretos. Constatou-se, ainda, pela dinâmica dos dois microsistemas e de seus resultados, a potencialidade capaz propiciar a afetação do sentimento de alteridade, ainda que tênue, naqueles subsistemas auto-referenciais referidos por Habermas, que se contrapõem à sociedade como forças hegemônicas de dominação na contemporaneidade. Buscou-se, enfim, descortinar uma nova interação entre Judiciário, democracia e participação da sociedade,

principalmente enquanto individualidades coletizáveis, que possa potencializar as resistências e criar atalhos para efetivação dos valores que permeiam a tessitura de seus anseios por igualdade e dignidade. Num mundo descrente e adensado por complexidades e problemas múltiplos, que, cada vez mais, afetam globalmente os destinos e realidades mais remotas, qualquer caminho de reflexão e crítica, mesmo que através da releitura de um Poder de Estado, já constitui, em si, uma finalidade, por colocar num palco de discussão pública as legítimas expectativas da sociedade.

Palavras-chave

Judiciário; espaço público; ação comunicativa; legitimidade; representatividade; democracia; participação política; argumentação; deliberação; microssistemas.

Abstract

Souza, Maria Cândida Gomes de; Cittadino, Gisele. **The Judicial Public Sphere: the participation of Judiciary in democratic sphere by way of communicative action.** Rio de Janeiro, 2005. 230 p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The analysis of the ballast and dimension of the Judiciary while democratic instance and of how the opening of its access and the revision of its role can contribute to the exercise of democracy were the nodal points of the work evolved, which consolidates its theoretical basis on the theory of communicative action of Habermas, seeking to demonstrate, in a first attempt to experiment its categories to the *praxis* which results from the “inter action” of the Special Judiciaries with the Consumer’s Defense Code (Law 9099/95 and Law 8078/90), how they can perform as instruments of democracy in judicial public sphere. In the development of the subject we pose the process in such a manner as to reproduce the enormous differences and conflicts found out in social environment, and as a conductor of necessities and social expectations, also finding a peculiar form of society’s political participation through the Judiciary, argumentative stage for the reaching of agreements, which may express a result of a deliberative but not decisive nature. Also it was sought to demonstrate how process can be put into action so as to permit, within the scope of that institutionalized sphere, a greater effectiveness of fundamental rights, the equalization of syntopies which would permit a reduction of judicial inequalities inherent in social reality, operating the transformation of legal equality to material one, at the procedural level, and how, reflexively, this can reach concrete pan-prosecutorial results. It was also noticed by the dynamics of the two micro-systems and their results the potential capacity of propitiating the affectiveness of alterity sentiment, albeit tenuous, of those auto-referential subsystems referred to by Habermas, which oppose society as supreme forces of domination in present days. It was also sought to unveil a new interaction among the Judiciary, democracy and social participation, mainly as collectivized individualities, which might potentialize the

resistances and create short cuts to the accomplishment of the values which permeate the contexture of their longing for equality and dignity. In a disbelieving world crowded with complexities and multiple problems, which, more and more, globally affect the destinies and the remotest realities, any path leading to reflection and criticism, even through the re-reading of a Power of State, creates, itself, a finality, by putting on the stage a public discussion of the legitimate expectations of society.

Key-word

Judiciary; public sphere; communicative action; legitimacy; representativity; democracy; political participation; line of argument; deliberation; microsystems.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A TEORIA DO DISCURSO DE HABERMAS – CONEXÕES POSSÍVEIS.....	18
2.1. A situação ideal de fala e o espaço judicial de argumentação.....	40
2.2. A dimensão da ação como reflexo do social.....	55
2.2.1. Ação e justiça social.....	62
3 O IMPERATIVO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO JUDICIAL	69
3.1. Legitimidade e representação do Judiciário na esfera pública democrática.....	89
3.1.1. Um esboço histórico.....	89
3.1.2. O lastro necessário – legitimidade e representação na atuação.....	94
3.1.3. O lastro necessário – legitimidade e representação na decisão....	106
3.2. Imparcialidade e participação: a superação de uma ótica estrábica	118
3.3. Decisão, fundamentação e deliberação.....	138
3.3.1. A mudança de eixo.....	143
3.3.2. A ação comunicativa como rito de passagem: decisão/deliberação	148
3.4. O terceiro elemento da arena judicial.....	169
4 OS INSTRUMENTOS DOS MICROSSISTEMAS: LEI 9099/95 E LEI 8078/90	178
4.1. Reflexos da neutralização das forças sistêmicas.....	201
5 CONCLUSÃO	217
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
7 ANEXOS.....	229
7.1. Anexo I	229
7.2. Anexo II.....	230